

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.112 - PR (2019/0038059-6)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : C A R  
**ADVOGADO** : JOSE ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO - DF005008  
**ADVOGADOS** : RAQUEL BOTELHO SANTORO CEZAR - DF028868  
ANDRE LUIZ GERHEIM - DF030519  
PEDRO RIBEIRO GIAMBERARDINO - PR052466  
MARIA LETÍCIA NASCIMENTO GONTIJO - DF042023  
LEANDRO BAETA PONZO - SP375498  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por C. A. R. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que denegou a ordem em prévio *mandamus*, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 2.077/2.078):

*HABEAS CORPUS – PACIENTE INVESTIGADO POR ENVOLVIMENTO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA PARA O COMETIMENTO DE DELITOS AMBIENTAIS – ALEGAÇÃO DE NULIDADE DAS INVESTIGAÇÕES DIANTE DA EXISTÊNCIA DE PROVAS DE QUE O PACIENTE NÃO É PROPRIETÁRIO DA EMPRESA ENVOLVIDA – MATÉRIA EMINENTEMENTE DE MÉRITO – TESE DE QUE O DEPOIMENTO PRESTADO PELA PRINCIPAL TESTEMUNHA SERIA ILÍCITO, POIS COLHIDO MEDIANTE COAÇÃO QUE NÃO RESTOU COMPROVADA EM NENHUM MOMENTO – EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DAS INVESTIGAÇÕES QUE TAMPOUCO SE VISLUMBRA – PLEITO DE TRANCAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES QUE NÃO PODE SER ACOLHIDO - ALEGAÇÃO DE FALTA DE JUSTA CAUSA - NECESSIDADE DE EXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE HABEAS CORPUS – ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

*1. O trancamento de ação penal é medida excepcional que só deve ser determinado quando da imputação de fato penalmente atípico; da inexistência de qualquer elemento indiciário demonstrativo de autoria ou da materialidade do delito ou, ainda, causa excludente de punibilidade. Não ocorrendo nenhuma destas hipóteses deve a ação penal prosseguir.*

2. *O trancamento do inquérito policial ou de procedimento de investigação criminal, por meio do habeas corpus, se situa no campo da excepcionalidade, sendo medida que somente deve ser adotada quando houver comprovação, de plano, da atipicidade da conduta e da incidência de causa de extinção da punibilidade. Ainda, a liquidez dos fatos constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa, pois o exame de provas é inadmissível no espectro processual do habeas corpus, ação constitucional que pressupõe para seu manejo uma ilegalidade ou abuso de poder tão flagrante que pode ser demonstrada de plano.*

3. *Esta Corte há muito sedimentou o entendimento de que a alegação de excesso de prazo na formação da culpa deve ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, sendo que eventual extrapolação dos prazos processuais não decorre da simples soma aritmética. Para ser considerado injustificado o excesso na custódia cautelar, deve a demora ser de responsabilidade da acusação ou do Poder Judiciário, situação em que o constrangimento ilegal pode ensejar o relaxamento da segregação antecipada.*

No presente recurso, a defesa afirma, em um primeiro momento, que, não obstante "o arquivamento do Inquérito autuado sob o n. 0010284-23.2018.8.16.0129 (originado do Inq. 1164/STJ)", o Magistrado de origem "autorizou ao GAECO instaurar procedimento investigativo criminal (PIC), com idêntico objeto e sem quaisquer provas novas a justificar referida medida". Entende, assim, ser manifesta a violação do art. 18 do Código de Processo Penal.

No mais, aduz que "a apuração se sustenta, única e exclusivamente, nas inverídicas declarações prestadas por Venilton Pacheco Mucillo, enquanto submetido a manifesta coação ilegal, resultante de condução coercitiva pelo MP Estadual, sem expedição de ordem judicial, não obstante figurar como réu em ação penal anteriormente ajuizada, sendo, portanto, detentor do direito de permanecer em silêncio e não produzir prova contra si".

Destaca, ainda, no ponto, que o próprio declarante, "ao ser reinquirido, em sede de cumprimento de Carta de Ordem, expedida pelo e.

Superior Tribunal de Justiça, não apenas se retratou, mas também frisou que as imputações outrora atribuídas ao Paciente se deveram, exclusivamente, às coações a que foi submetido pelas autoridades inquisidoras, materializadas, em parte, em arquivo de áudio-vídeo juntadas aos autos". Por fim, a defesa aponta haver excesso de prazo nas investigações.

Pede, liminarmente, a suspensão do Procedimento Investigatório Criminal (PIC) n. MPPR-0103.18.000784-3 e do Inquérito n. 0010284- 23.2018.8.16.0129. No mérito, pugna pelo trancamento das investigações.

É o relatório. **Decido.**

A liminar, que na via eleita não ostenta previsão legal, é criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida mostrem-se evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

No caso, o pleito liminar imbrica-se com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

De fato, a Corte de origem assentou, em um primeiro momento, que "não se verifica a propalada ilegalidade na obtenção das declarações, como argumentam os impetrantes". Destacou, ainda, que "o primeiro depoimento prestado por Venilton Pacheco não se trata do único elemento que sustenta a investigação, que se baseia em outras provas colhidas"(e-STJ fl. 2.084).

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Magistrado de origem e ao Ministério Público do Estado do Paraná, sobre o alegado no presente recurso.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

